

Delfim defende Constituinte exclusiva

JOÃO BATISTA NATALI

Da Reportagem Local

O ex-ministro do Planejamento Antônio Delfim Netto, 57, candidato pelo PDS a deputado federal, declarou que o colapso da reputação dos partidos, associado ao rumo personalista tomado pelas atuais campanhas eleitorais, é um dos indícios "nefastos" do que poderá ocorrer durante os trabalhos do Congresso constituinte. O eleitorado, a seu ver, está consumindo promessas que ironicamente exemplificou como "uma briga entre candidatos que prometem galinhas que botarão um número maior de ovos", o que, retrospectivamente, "nos leva a acreditar que o ideal teria sido eleger uma Constituinte sem nenhum vínculo com o Congresso, e em data que não coincidisse com a escolha dos próximos governadores".

Em seu escritório político no Paçoembu, centro de São Paulo, ele também disse, na semana passada, que, caso se obedecesse ao princípio da dupla convocação — uma para o Congresso Nacional, outra para a Constituinte —, os redatores da próxima Constituição, desvinculados de interesses próprios a suas carreiras parlamentares, poderiam instituir o sistema de dois turnos para toda e qualquer eleição, e ainda o voto distrital. "Com esses recursos —prosseguir—, com duas ou três eleições, o aprendizado democrático seria tão dinâmico que o Brasil estaria com seu sistema político fortalecido a níveis hoje inimagináveis".

Apenas constituintes eleitos separadamente dos congressistas poderiam, a seu ver, legislar independentemente de interesses "casuísticos e mesquinhos", propondo numa Constituição "enxuta" não mais que cinquenta princípios, entre os quais mencionou a manutenção dos decretos-leis, "existentes em qualquer democracia moderna", a proibição de o Legislativo criar despesas para o Executivo, podendo, ao contrário, apenas cortá-las, ou ainda a proibição de o governo refazer seu caixa através de saques no Banco Central.

Bipartidarismo

Com os dois turnos e o voto distrital, prossegue Delfim Netto, outra consequência positiva para o sistema representativo seria o da reaparição, sem nenhum constrangimento legal, do bipartidarismo de fato, com "dois grupos amplamente representativos dos diversos segmentos sociais" alternando-se no exercício do poder, esporadicamente aliados a pequenos partidos "radicais", que atuariam, com toda a liberdade de movimento e pregação, nos extremos do tablado político.

Por mais que afirme acreditar ser inevitável uma reformulação partidária, já no decorrer dos trabalhos constituintes do próximo Congresso, o ex-ministro do Planejamento diz que o processo de reaglutinação se desenvolverá sem a mesma consistência, já que estarão sob os efeitos de lideranças que foram protagonistas da implosão "já evidente" das atuais siglas, estejam elas legislando no plano federal ou então instaladas nos governos dos Estados.